

CRÔNICA

Paulo Pestana • papestana@uol.com.br



Arte fora de lugar

A parte a estupidez de destruir uma pintura, qualquer que seja, agravada pelo fato de ser um Di Cavalcanti, entre tantas obras depredadas pela horda bárbara que Brasília conheceu, é preciso reconhecer que eram obras fora de lugar. O quadro, ainda que inspirado pelo muralismo, não foi feito para ser colocado no mezanino do Palácio do Planalto, embora iluminasse o lugar — pelo único fato de poder ser apreciado por poucas pessoas.

Menos gente ainda tem acesso a obra de tapeçaria conhecida como *Músicos*, também de Di Cavalcanti, que fica na Biblioteca do Palácio da Alvorada — e lá só vão convidados do presidente da República. Um pouco mais democratizada é a apreciação de outro painel do artista, conhecido como *Candangos* (o artista nunca nomeava suas obras), e instalado no salão Verde da Câmara dos Deputados — e ainda assim a iluminação do local não é a mais adequada.

Defensores da localização dessas obras de arte podem dizer que elas servem de complemento à arquitetura. *Músicos*, por exemplo, foi encomendada, em 1961, pelo próprio Oscar Niemeyer, talvez como forma de compensar a excessiva frieza do ambiente da residência oficial do presidente. Mas ninguém pode discordar que são obras maiores que os ambientes que ocupam. Também por isso, estão fora de lugar.

Brasília é repleta de

situações como estas. O Banco Central, por exemplo, tem em seu poder obras de Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Ismael Nery e outros mestres da cultura brasileira. O acervo inclui o quadro *Descobrimiento do Brasil*, obra-prima de Portinari, e *Bandeira do Brasil*, o maior quadro de Volpi. Tudo fora de lugar.

O Banco tem uma galeria de arte — fechada para reforma e que só pode ser vista virtualmente, num tour muito do mixuruca na página www.bcb.gov.br. Ainda assim muitas obras importantes ficam em salas de reunião e em gabinetes de pessoas engravatadas e com o colarinho engomado que certamente não dão muita bola para elas, já que só veem cifrões, ainda que valham um bom dinheiro.

A situação é um pouquinho melhor com outros acervos bancários, como o do Banco do Brasil, que tem centros culturais em quatro capitais e promove intensa rotatividade de mostras. Ainda assim, gabinetes dos

bacanas de plantão são coloridos com obras dos mais importantes artistas brasileiros — e quase ninguém vê.

A Caixa Econômica também mantém seu acervo, com Djanira, Portinari, Potteiro, e faz exposições em seus centros. Mas ninguém sabe o que há nas salas de reunião — certamente nem quem as frequenta; no

máximo, o sujeito dá uma espiada, solta um oh!, e volta a fazer contas.

É uma arte imensa, infelizmente para poucos. O cidadão comum tem quase nenhum acesso a esse conhecimento, não pode se deslumbrar com a riqueza do material e tem que se contentar, na maioria das vezes, com visitas pela internet.

Nada pode justificar a ação destruidora e a sanha violenta daquela gente — adjetivo que não deveria ser permitido àqueles des-cerebrados — mas também nada pode justificar que este acervo de órgãos públicos continue tão exclusivo e apartado da sociedade que, na maioria das vezes, o inspirou.

